

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comitê Temático Microempreendedor Individual (MEI)

Representantes



Titular

Antonio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (DE/CNC)

(Compareceu)



1º Suplente

Evandro Américo Costa

Assessor Executivo

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (CETUR/CNC)



2º Suplente

José da Silva

Especialista Executivo

Assessoria de Gestão das Representações (AGR/CNC)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 10 de novembro de 2021

A reunião teve a presença de cerca de 25 pessoas e abordou dois temas, embora a apresentação da empresa Aliança tenha determinado outra diretriz para o encontro.

Os pontos trazidos pelo coordenador da iniciativa privada Ercílio Santinoni foram: o aumento das entidades enquadradas como microempreendedor individual (MEI); e as alterações na Lei Complementar nº 123/2006, com o intuito de que o MEI, ao passar para a condição de microempresa, não sofra um aumento tão significativo no pagamento de impostos.

Já a empresa Aliança tem como objetivo trabalhar junto à informalidade, levando capacitação e buscando caminhos para a inclusão social, em prol do desenvolvimento do empreendedor.

Sobre o aumento do número de atividades do MEI no Simples Nacional e quem poderá se tornar microempreendedor individual, ficou acertado o reenvio da moção de apoio a esta iniciativa feito pelo Fórum Permanente da MPE. Desta vez, porém, para agentes públicos que possam receber a demanda com a devida atenção.

Com relação à proposta de que o MEI pague menos impostos ao mudar sua natureza para microempresa, não houve uma conclusão, apenas a ressalva de que o Sebrae Nacional vem fazendo simulações a respeito.

Neste ponto, o representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) informou que tem feito um trabalho no qual, para mitigar os efeitos do aumento de impostos, será necessário criar mais três faixas de faturamento acima de R\$ 81 mil por ano até R\$ 110 mil por ano, de maneira que as alíquotas sejam de 1%, 2% e 3%. Segundo os cálculos de seu estudo, de fato o MEI vem a sofrer menos pressão da carga tributária.

Em sua apresentação, a Aliança informou que possui conteúdos de capacitação e que dá apoio institucional a mais de 20 mil MEI por ano. Trata-se de um público assistido pelo Ministério da Cidadania, carente e que, portanto, necessita de políticas públicas inclusivas, de capacitação e de crédito.

Com essa contextualização, a Aliança apresentou o programa “Empreender 360”, detalhando o alcance das iniciativas, apresentando estatísticas e estabelecendo pontes entre o que os ministérios fazem e o que os MEI precisam.

Em seguida, o grupo passou a debater propostas para o MEI, com rodadas de considerações e contribuições, além de perguntas e respostas.

Existe a vontade de que, na plataforma do eSocial, o instrumento do MEI passe a funcionar com menos burocracia e mais facilidade. Espera-se que seja possível avançar no uso da tecnologia e de suas vantagens, para que os empreendedores possam usufruir dos sistemas sem que isso represente uma barreira.